

A economia política do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: uma história conceitual

MATHIAS SEIBEL LUCE¹

Este artigo apresenta uma história do conceito de subimperialismo na obra do cientista social brasileiro Ruy Mauro Marini e sustenta que há em Marini o esboço de uma teoria global sobre o fenômeno do subimperialismo, cujas formulações mantêm-se atuais para a análise histórica do capitalismo brasileiro, assim como de outras formações histórico-concretas.

Expoente da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e autor de importantes trabalhos do pensamento crítico latino-americano como *Dialéctica de la Dependencia e Subdesarrollo y Revolución*, Marini estabeleceu o conceito de subimperialismo para explicar o fenômeno surgido nos anos 1960-70, no contexto da nova divisão internacional do trabalho e da emergência de subcentros econômicos e políticos da acumulação mundial como o Brasil. Segundo Marini, esses subcentros teriam passado a ocupar uma posição intermediária entre centro e periferia, apresentando porém peculiaridades que não os confundiriam com a categoria da semiperiferia – embora fizessem parte de seu universo.

A tese do subimperialismo encontra-se vinculada ao movimento de exportação de capitais do pós-guerra que, ao aumentar a proporção entre meios de produção e força de trabalho, elevou a composição orgânica nacional do capital, desenvolvendo o setor de bens duráveis em países como o Brasil.

O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapôs ao esquema simples da divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia, que preocupava a Cepal – um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital, isto é, a relação existente entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros. Como o Brasil, países como a Argentina, Israel, o Irã, o Iraque e a África do Sul assumem – ou assumiram, em algum momento de sua evolução recente – caráter subimperialista, ao lado de outros subcentros em que essa tendência não se manifestou plenamente ou apenas se insinuou, como, na América Latina, o México e a Venezuela (MARINI, 1992).

¹ Professor do Instituto de Economia da UFU/Doutorando do PPGHIST UFRGS.

Porém, o sentido do conceito de subimperialismo vai muito além de um imperialismo de menor grandeza², que o prefixo *sub* poderia sugerir. Por um lado, é verdade que a categoria em questão encontra-se vinculada a elaborações da teoria marxista do imperialismo, desenvolvida à época da II Internacional e retomadas por Marini. Ao mesmo tempo, existem elementos específicos da análise do capitalismo latino-americano, descobertos no âmbito da TMD, que compõem o núcleo principal da ideia de subimperialismo.

De acordo com Marini, o capitalismo dependente tem como características principais a *superexploração da força de trabalho* e o *divórcio gerado por essa condição entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das amplas massas*. A gênese do fenômeno subimperialista reside na conjunção dessas leis próprias da economia dependente com a nova divisão internacional do trabalho oriunda do movimento de capitais do pós-guerra – processo que fora marcado pelo predomínio dos investimentos externos na indústria de bens duráveis, com a presença dominante de capitais norte-americanos. Nas palavras de Marini, o subimperialismo define-se:

- a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que se deriva da nova divisão internacional do trabalho e
- b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho, o divórcio entre as fases do ciclo do capital³, a monopolização extrema em favor da indústria suntuária, a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente as internacionalizações do mercado interno, como dizem alguns autores).

² Segundo os teóricos da II Internacional, o imperialismo corresponde à forma que assume o capitalismo ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro. Lênin enfatizou a fusão do capital bancário com o capital industrial, fusão que deu passo à formação de trustes capitalistas internacionais em luta pela partilha do mercado mundial; Hilferding colocou em evidência o papel da exportação de capitais em direção a novas regiões, buscando contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro; Bukhárin enfatizou o fenômeno da aglomeração através do qual o Estado reforça o poder dos monopólios capitalistas privados; Rosa Luxemburgo analisou o tema da dissolução das formações sociais comunitárias e sua proletarianização como consequência da exportação de capital do imperialismo.

³ Cabe lembrar que o ciclo do capital corresponde à unidade dialética entre produção e circulação, sendo composto por três fases: circulação - produção - circulação. Marx representou o ciclo do capital com a fórmula do capital industrial (**D - M ... P ... M' - D'**), cujo circuito é o único em que o capital se metamorfoseia percorrendo suas distintas formas *capital dinheiro*, *capital produtivo* e *capital-mercadoria*. Enquanto na primeira fase da circulação o capitalista compra mercadorias na forma de força de trabalho e meios de produção para que seja gerado mais-valor no processo produtivo, "esses diferentes valores se encontram englobados no valor total das mercadorias que, terminado o processo de produção, entram na segunda fase da circulação para, mediante sua venda, realizar-se em dinheiro" (MARINI, 1979a). A realização do capital é, pois, a transformação M'-D', na qual ocorre a conversão do capital mercadoria produzido – portador do valor despendido na produção acrescido da mais-valia extraída do trabalhador – em mais-dinheiro.

Com efeito, no processo de industrialização sob relações de dependência, o advento da fase da indústria pesada, puxada pela produção de bens de capital e bens de consumo suntuário, agudizou a cisão entre a esfera baixa e esfera alta do consumo que caracteriza os países dependentes. Essa contradição fez com que eclodisse no Brasil, em meados da década de 1960, “uma crise de realização que colocava a necessidade de abrir mercados para a produção de bens duráveis (de consumo e de capital) (...)” (MARINI, 1974, p 191)⁴.

Para Marini, o eixo do subimperialismo está constituído pelo problema do mercado. Na sua interpretação, a crise dos 60 apresentara a impossibilidade de a indústria de bens duráveis seguir o curso de um desenvolvimento ascendente se fossem mantidos os mesmos limites da estrutura do mercado interno, determinados pela superexploração do trabalho. Esta crise, que estivera operando nos bastidores do terreno mais perceptível das lutas políticas do período 1961-64, teve como consequência o golpe de 1964 – um golpe distinto dos anteriores na experiência histórica brasileira.

Em 1964, a situação é diferente: a elite militar que encabeça o golpe não só intervém na luta de classes, mas também apresenta todo um esquema econômico-político, o qual consagra definitivamente a fusão de interesses entre ela e o grande capital. Esse esquema é o subimperialismo, a forma que assume o capitalismo dependente *ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro* (MARINI, 1974, p.191-2).

Dessa maneira, o advento do subimperialismo encontra-se relacionado ao deslocamento dos problemas de realização da economia dependente, mediante a mobilização de expedientes que cumpriram uma função ao restaurar a unidade entre produção e realização do valor, como ocorreu no ciclo de expansão acelerada de 1968-73 na economia brasileira. Esta é uma ideia apresentada na obra *Subdesarrollo y Revolución*. Agora, porque Marini escolheu o termo *subimperialismo* e não simplesmente *contratendências aos problemas de realização do capital* para definir a dinâmica que se instaurara na sequência da crise econômica brasileira dos ‘60? A resposta está em que o fenômeno que ocupava sua atenção possuía diversas dimensões – sendo o esquema de realização de mercadorias apenas uma delas – e emergia como uma nova realidade que ainda não fora estudada entre os autores marxistas. Daí a proposição de uma nova

⁴ Nildo Ouriques salientou corretamente que “é a polêmica sobre a existência ou não de problemas de realização na economia brasileira e a solução permitida pelo golpe de Estado de 64 [o que] permite a Marini estabelecer o conceito de subimperialismo” (OURIQUES, 1996).

categoria para emprestar-lhe significado. Além disso, com o vocábulo subimperialismo Marini buscava definir um fenômeno para além do caso singular do Brasil, passível de ocorrer em outros contextos econômico-sociais e geográficos do capitalismo dependente.

No artigo *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, Marini propõe uma maneira de operacionalizar as categorias do subimperialismo:

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais⁵ e, por outro, uma política expansionista relativamente autônoma, que não só é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, mas também se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo a escala internacional (MARINI, 1977).

O que faria um país medianamente industrializado descolar-se de seus consortes e projetar-se como subimperialista? Marini nomeou essa segunda condição necessária para o subimperialismo como *política expansionista relativamente autônoma*, a qual se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo dominante, porém manobra pela conquista de uma esfera de influência própria.

As variáveis do subimperialismo

A exegese da obra de Marini revelou-nos que essas duas condições – composição orgânica média e política expansionista relativamente autônoma – desdobram-se em quatro variáveis deduzíveis de outros de seus escritos⁶, de tal maneira que o fenômeno subimperialista pode ser verificado na combinação das mesmas.

A primeira variável, *composição orgânica média nacional do capital*, traduz a posição de um subcentro econômico de acumulação mundial na divisão internacional do trabalho, no interior do sistema mundial diferenciado. Marini expressou essa ideia alternativamente como a presença com certo *grau de operação do capital financeiro e*

⁵ À busca de um indicador que tornasse a variável *composição orgânica média* operacional, Marini elegeu o coeficiente manufatureiro no PIB como parâmetro. E estipulou como graus médios de composição orgânica aqueles países com uma produção manufatureira igual ou superior a 25% de seu produto interno, que naquele período – conforme dados da UNCTAD – era um índice observável em poucas economias subdesenvolvidas.

⁶ Apesar de não terem sido referidas explicitamente no artigo *Acumulación Capitalista Mundial y Subdesarrollo*, de agora em diante *ACMyS*, e cujo acesso tivemos através do portal www.marini-escritos.unam.mx, encontram-se em diversos textos de Marini, sendo, antes que fruto de critério arbitrário, o resultado da leitura imanente de sua obra.

dos monopólios capitalistas na economia dependente, propondo igualmente alguns indicadores para verificá-lo. Embora considerem ângulos diferentes⁷, ambas as expressões abordam um mesmo processo, o que nos leva a agrupá-las na mesma variável composição orgânica média/monopólios e capital financeiro.

Refletindo sobre a chegada da economia brasileira à etapa dos monopólios e do capital financeiro, Marini sublinhou:

o acelerado processo de monopolização (via concentração e centralização do capital) que teve lugar no Brasil nos últimos dez anos [1964-74], assim como o extraordinário desenvolvimento do capital financeiro, principalmente a partir de 1968. Ainda deixando de lado as bolsas de valores, que em seu melhor momento (1969) fizeram circular emissões de capital pelo valor de mais de 5 bilhões de cruzeiros, mas que não puderam manter esse ritmo, é necessário não esquecer o papel desempenhado pelo sistema bancário no curso do “milagre” e, em especial, dos bancos de investimento, cujos depósitos passaram de 1 bilhão de cruzeiros em 1969 a 5 bilhões em 1971, alcançando neste ano taxas de lucro próximas a 30%. (MARINI, 1974, Prefácio à 5ª ed., p.XVI).

A partir da década de 1970, o fluxo internacional de capitais privados, especialmente de euromoedas, se desloca para os países subdesenvolvidos. Entre 1969 e 1972, o mercado de euromoedas dobrava de volume, de US\$45 bilhões para US\$89 bilhões. E o Brasil se colocava na primeira fileira entre os receptores deste capital-dinheiro no mundo subdesenvolvido.

Enquanto se expandia o crédito bancário ao setor privado, assim como o extrabancário, assegurado pelas companhias de financiamento e investimento, o capital estrangeiro afluía em massa [...] o investimento estrangeiro a médio e longo prazo, que somara 1,028 bilhões de dólares em 1966-70, crescia em progressão geométrica: 2,319 bilhões em 1971 e 4,788 bilhões de dólares em 1972; o item que apresenta um aumento mais espetacular foi o dos empréstimos e financiamentos em moeda, que passaram de 479 milhões a 1,379 bilhões e a 3,485 bilhões de dólares nos períodos assinalados. Ao contrário dos créditos externos oficiais, destinados aos investimentos em infra-estrutura e indústrias básicas, a quase totalidade (82,3% do total da rubrica) do capital privado dirigiu-se à indústria manufatureira, particularmente aos ramos de mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, química, borracha, farmacêutica e metalúrgica.

Dessa maneira, Marini põe em destaque a imbricação entre a circulação internacional do capital-dinheiro e o capital produtivo da indústria manufatureira, nos ramos que cobraram dinamismo no novo padrão de reprodução. Foi assim que medidas tomadas no

⁷ A primeira desde o prisma da relação entre força de trabalho e meios de produção, a segunda sob o ponto de vista da distribuição da massa de valor no interior do capital social total, através dos diferentes ramos, e a articulação entre os mesmos.

plano doméstico foram ao encontro das expectativas de rentabilidade do capital portador de juros que, no contexto do *boom* financeiro dos setenta, encontraram em um subcentro econômico como o Brasil um espaço privilegiado de valorização. Marini aponta uma relação entre o movimento de exportações de capitais para o Brasil e o desenvolvimento da indústria de bens duráveis, que elevou a composição orgânica da economia brasileira, impulsionando a indústria suntuária.

embora muitos dos produtos que daí derivem, de maneira direta ou indireta, consistam francamente suntuários⁸ nas condições da América Latina, foi em função deles que, por conveniência do capital estrangeiro, se alterou a estrutura produtiva. O caso do Brasil é significativo. Em 1950, os ramos têxteis e de alimentos respondiam por 50% do valor total da produção; em 1960, esta proporção cai para 36,24%, enquanto se eleva a participação do ramo material de transporte de 2,28% a 6,7%, da indústria química de 5,13% a 8,85% e da metalurgia de 7,51% a 10,4%; em 1970, os ramos de têxteis e de alimentos contribuíram somente com 29,49% do total, enquanto os outros três subiam a 8,2%, a 10,89% e a 12,47% respectivamente. Embora isso apareça, em abstrato, como natural e bom, há que ter presente, para tomar um só exemplo, que o ramo material de transporte encontra-se fortemente influenciado pela indústria automobilística, que produz prioritariamente carros de passeio e que se constituiu no eixo da expansão econômica brasileira dos últimos anos, situando-se no nono lugar da produção mundial e induzindo de forma direta o desenvolvimento da produção metalúrgica, química, etc.

O que fica evidente na passagem acima é que o setor dinâmico da economia brasileira passa a ser o setor de bens de consumo durável (Iib). Durante o ciclo de expansão acelerada 1968-73, a taxa de crescimento média foi de 11,3%, ao passo que a indústria automobilística cresceu a 21,8%. Como argumenta Marini, “embora possa parecer natural e bom...”, este processo, por outro lado, agudizou a concentração na indústria suntuária e o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas, fazendo necessário um esquema particular de realização do capital.

A segunda variável do subimperialismo é seu *esquema tripartite de realização de mercadorias*. Conforme vimos mais acima sobre o ciclo do capital na economia dependente, à medida que a indústria de bens duráveis avançava como eixo dinâmico, as contradições entre produção e realização ganhavam novas formas, se fazendo necessário deslocá-las através de algum expediente. Este expediente, no caso do

⁸ Segundo Marini, “consideramos suntuário o produto a cujo consumo não têm acesso, em grau significativo, as massas trabalhadoras”. *ACMyS*, p.27, nota 26. Marini sugere que “para se operacionalizar o conceito, se pode partir da distribuição tradicional da renda por estratos e considerar como suntuários os produtos que não são consumidos a não pelos grupos que integram o estrato superior de 20%”. *Id.*, *ibid.*

subimperialismo, consiste em três fatores de realização do capital: o mercado externo, o Estado e o consumo suntuário.

Marini identifica esse esquema tripartite ao apontar a desproporção entre a indústria de bens suntuários (IIB) e a produção de bens necessários (Ia):

Os próprios índices da produção industrial indicam que, tomando os anos de 1964 e 1970 como termos de comparação, ramos como o de Material de Transporte saltaram de 92.4 a 225.2, enquanto indústrias de bens salário, como a têxtil, baixavam de 101,6 a 97,2 e a de vestuário e calçado mantinha-se praticamente estagnada, em torno a 113. É difícil imaginar as camadas trabalhadores que, segundo nossos autores, estariam integrando-se ao consumo, contribuindo a dinamizar o mercado de automóveis, por exemplo, antes que o de bens de consumo corrente.

De acordo com nosso autor, já na crise de 1962-67, o mercado externo (1º fator de realização do capital) cumpriu um papel crescente para absorver a produção de bens de consumo necessário, quando um ramo como o de calçados buscava no exterior os mercados que não encontrava no Brasil devido à superexploração do trabalhador.

Da mesma maneira, o Estado também (2º fator de realização do capital) desempenha seu papel mediante a criação de um complexo militar-industrial e de uma política de investimentos governamentais e de créditos e subsídios estatais. A análise do Estado como meio de realização foi abordada principalmente em *Estado y crisis en Brasil*, onde Marini avança a discussão sugerindo alguns indicadores confiáveis para observar o comportamento do gasto público em sua relação com a dinâmica da acumulação. Em primeiro lugar, o gasto público na economia brasileira poderia ser mensurado considerando sua proporção em relação ao PIB. Citando dados compilados por Baer et al. (1973), Marini destacou que esta grandeza representava 20% do PIB em 1950 (excluindo os gastos derivados das empresas governamentais) e, em 1969, 34% - cifra que chegaria à metade do PIB se fossem agregados os gastos das empresas governamentais federais. No entendimento de Marini, ampliando sua presença como ator na economia brasileira,

o Estado exerce parte de sua influência atuando sobre o capital privado. Têm papel destacado, sob este aspecto, as encomendas públicas e as subvenções diretas ou indiretas disponibilizadas (*acordadas*) às empresas privadas, com o que orienta o desenvolvimento destas. As subvenções diretas no Brasil representam mais da metade do total da arrecadação do Estado via impostos diretos; as isenções de impostos concedidas aos exportadores de manufaturas, que constituem subvenções indiretas, correspondem a 50% do custo de produção dos artigos exportados.

Quanto ao consumo suntuário⁹ (3º fator de realização do capital), este haveria se configurado plenamente apenas partir de 1968.

Ele é explicado na medida em que os setores dinâmicos da economia brasileira, no período, são aqueles que produzem bens mistos: automóveis, aparelhos eletrodomésticos, etcétera, o que tornou indispensável dinamizar o mercado interno. A superexploração do trabalho em que se baseia o modelo de reprodução, e que leva a que, desde 1965, o salário real operário tenha se reduzido a aproximadamente a metade, não é obstáculo para isto. Na verdade, permite uma redistribuição regressiva da renda, não só em favor da classe capitalista, mas também das camadas médias, conformando um mercado limitado, porém dinâmico para a produção de bens mistos e outros produtos suntuários. Essa acentuação do hiato (*brecha*) entre a esfera alta e esfera baixa da circulação nacional implica, desde logo, que se agrava o divórcio entre o desenvolvimento do aparato produtivo e as necessidades de consumo das massas, traço inerente ao capitalismo dependente.¹⁰

Diante do esgotamento do dinamismo da esfera alta do consumo em 1973, devido sobretudo às restrições ao crédito que a nova conjuntura econômica impunha¹¹, uma nova articulação entre o mercado externo e o Estado teve origem. Se era para ser preservado o efeito multiplicador que a indústria automotriz cumpria no padrão de reprodução do capital então vigente – e assim o concebia a equipe tecnocrático-militar que dirigia o país -, uma nova válvula de escape deveria suplementar a esfera alta do consumo, uma vez que a distribuição regressiva da renda não era mais suficiente para garantir a demanda responsável pela realização do capital-mercadoria do ramo automotriz. O papel do mercado externo na realização do capital das empresas da indústria automobilística – e a presença destas no padrão de reprodução em tela – aparece, então, mediante o cruzamento de alguns indicadores fundamentais.

Entre 1967-73, a contribuição das exportações no desempenho do setor permanecia baixa: era de 0,5% em 1965/67, 2,2% em 67/71 e, no período 1969/74, alcançava a cifra de 5,2%. Contudo, em meio à nova conjuntura que iniciara em 1973, a esfera alta do consumo no mercado doméstico passaria a apresentar os seus limites como fator dinamizador da indústria automotriz, conforme demonstram os números de queda do

⁹ Marini defini suntuário como “o produto a cujo consumo não têm acesso, em grau significativo, as massas trabalhadoras”. Segundo o autor, “para operacionalizar o conceito, se pode partir da distribuição tradicional da renda por segmentos e considerar suntuários os produtos que não são consumidos a não ser pelos grupos que integram o segmento dos 20% mais ricos” (MARINI, ACMyS, p.27).

¹⁰ Primeiro parêntesis de Marini.

¹¹ Recordemos que os veículos de transporte absorviam entre metade e $\frac{3}{4}$ do volume de crédito ao consumo no Brasil. Cf. SEPLAN, 1979, p.158.

crescimento da atividade, que de 21,8% no período 1967-73 caiu a 1,8% nos anos 1975-77. Chama atenção que, enquanto os índices de produção no ramo despencavam, a participação das exportações no crescimento da indústria automobilística atingia cifras espetaculares.

De 5,2% em 1969/74, a contribuição das exportações à demanda adicional do ramo da indústria automotriz decuplicou – salta para 57,2% em 1974/77. Nesse mesmo contexto, um outro indicador merece destaque em nossa análise. Entre a queda das vendas internas e a expansão significativa das vendas no mercado externo, registrou-se o aumento do coeficiente da indústria automotriz no PIB industrial do Brasil. Em pleno ano de 1975, que compõe o intervalo marcado por magras taxas de crescimento do setor, a indústria de automóveis apresentava seu nível histórico mais alto como percentual do produto industrial – marca que seria ultrapassada somente nos últimos anos, sob a política de isenção de IPI para a compra de carros praticada pelo governo Lula, na conjuntura da crise mundial. Estes indicadores confirmam o argumento de Marini a respeito das tendências que constituem o esquema de realização do subimperialismo.

Entretanto, isto não é o suficiente. O Chile da década de 1970 apresentava o mesmo esquema de realização, bem como despontava como um subcentro da acumulação mundial, porém Marini não o classificou como subimperialista (MARINI, 1992). Tampouco a Argentina.

Colocado nesses termos, nos parece que, independentemente dos esforços de Argentina e outros países para ascender a um patamar (*rango*) subimperialista, somente Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno dessa natureza.

Essa observação nos leva à terceira variável do subimperialismo. Marini argumenta que toda economia dependente, ao desenvolver o setor de bens duráveis (I, IIb), tende a apresentar problemas de realização. E que alguns – mas não todos – dentre os países intermediários logram contrarrestar esses problemas conformando uma esfera de influência própria ou, o que é o mesmo, uma hegemonia no subsistema regional de poder.¹² Desta forma, temos como terceira variável do subimperialismo sua *hegemonia em um subsistema regional de poder*.

¹² Marini não empregou este termo, porém ele confere – em nossa avaliação – o sentido preciso de sua formulação.

O projeto para um novo esquema de divisão do trabalho entre as nações sul-americanas tornara-se evidente desde meados da década de 1960, quando o Brasil redefiniu seu modelo de industrialização.

Esta política levada a cabo pelo regime militar de Castelo Branco tinha amplas repercussões na América Latina. A mais evidente era sua pretensão de converter o Brasil no assento da indústria pesada na América do Sul, sobre a base da associação de capitais nacionais e estrangeiros, e constituir-lo no provedor de bens intermediários e equipamentos pesados necessários aos países vizinhos. Isto supunha um novo esquema de divisão do trabalho entre as nações sul-americanas, que afetava, em primeiro termo, a Argentina, a segunda nação industrial do cone sul (MARINI.1967, p.8)

De acordo com Marini, vários indícios apontavam para a concretização dessa tendência. Suplantar as ambições argentinas pelo estabelecimento de uma hegemonia no cone sul era um imperativo do bloco no poder à frente do capitalismo brasileiro para consumir os seus desígnios. Esse objetivo foi alcançado na medida em que se logrou atrair e impulsionar os investimentos que promoveriam o parque industrial brasileiro a um dos dez maiores na produção mundial de automóveis ou ao posto de segundo maior exportador de armamentos do Terceiro Mundo. Esse acontecimento expressa a variável do subimperialismo *hegemonia regional*, que pôs em marcha o estabelecimento de uma divisão regional do trabalho em proveito do capital subimperialista, assinalada pela apropriação do valor das nações mais débeis, que se tornam objeto da conformação de uma esfera de influência que atende aos interesses da reprodução ampliada do capital sediado no país subimperialista. Nesses termos, o status de potência hegemônica regional devia-se à ascensão do Brasil à condição de exportador de manufaturados, sob o padrão industrial diversificado de reprodução do capital, que diferenciava o Brasil de outras nações latino-americanas que viam ser aprofundada sua especialização produtiva no marco da divisão regional do trabalho que o subimperialismo engendrava. Os países da ALALC passaram a absorver parcela crescente das exportações de manufaturados do Brasil.

Esse foi um processo evidenciado pelas cifras do comércio regional. De 3,97 milhões de dólares, representando em 1960 19% do total das exportações brasileiras de manufaturados, os países da ALALC absorveriam em, 1965, 68,6 milhões de dólares, correspondentes a 63% das manufaturas exportadas; e, no ano seguinte, 47,9 milhões, metade das exportações industriais do Brasil. Nesse sentido, Marini teceu as seguintes

considerações sobre as transformações sofridas pela economia do Uruguai, conforme avançava a nova divisão regional do trabalho no continente:

Naquele então, o Uruguai, que começava já a marcha em direção ao que é hoje, formulou um plano de desenvolvimento bastante revelador. Ali se admitia que este país não tinha condições para uma industrialização diversificada e se propunha sua especialização em alguns ramos, particularmente de alimentos, que lhe permitissem se complementar com economias como a brasileira e competir com vantagem no mercado internacional. Um dos resultados imediatos dessa orientação foi, por volta dos anos 1966-67, a liquidação da incipiente indústria eletrônica uruguaia em favor da brasileira, que ocupou o mercado para essa produção existente no pequeno país do Prata (MARINI, 1976).

E prossegue Marini:

Tudo isso configura um processo de integração na América Latina que se desenvolve em dois planos: a rearticulação da economia latino-americana em seu conjunto com a economia mundial, sobre a base do desenvolvimento de uma economia exportadora de tipo industrial, e a redefinição da relação econômica entre os próprios países da zona. A superespecialização vem a ser assim a contrapartida de uma intensificação da dependência e se realiza sobre a base do que se acreditou, até há pouco tempo, ser a chave para a emancipação econômica da América Latina: o desenvolvimento industrial (idem).

Por fim, a quarta variável que o fenômeno do subimperialismo requer é a presença de uma *política de cooperação antagônica de um país dado com relação ao imperialismo dominante*. Uma economia dependente não pode trilhar um rumo subimperialista sem contar com a ação do Estado lançando mão de uma política que vise a melhorar relativamente suas condições no marco de sua dependência:

As relações entre a burguesia brasileira e o imperialismo devem ser vistas dentro das leis da cooperação antagônica que se estabelecem no processo de integração internacional do capitalismo [...] Sem poder questionar o domínio imperialista em si mesmo (senão estaria questionando o próprio capitalismo) a burguesia nacional pode no entanto barganhar por melhores relações dentro da sua subordinação – melhores preços, melhores acordos, áreas próprias para exploração, etc. Tais relações dependem das correlações de força em cada momento: a conjuntura econômica internacional e dentro de cada país, a situação política, as distensões e agravamentos com as forças revolucionárias, etc (Idem, Documento 545, p.4).

Subimperialismo como forma do padrão de reprodução do capital

Finalmente, cabe introduzir uma nova idéia que nos permite avançar em direção a uma teoria global do subimperialismo, que a torne capaz de examinar outros contextos

econômio-sociais e geográficos para além do capitalismo brasileiro dos 1960-1970. Assim, se concebermos a noção de padrão de reprodução do capital, sistematizada por Osório (OSÓRIO, 2004), em lugar da noção mais restrita do esquema de realização, os argumentos da tese do subimperialismo ganharão amplitude sem perder força

Em 1982, Marini publicou *Sobre el patrón de reproducción del capital en Chile*, artigo no qual defendeu uma abordagem capaz de abranger o conjunto do ciclo do capital.¹³ Coube a Jaime Osorio aprofundar as ideias lançadas por Marini e estabelecer as linhas definitivas que caracterizam um programa de pesquisa baseado no estudo do padrão de reprodução do capital.

Segundo Osorio, a noção de padrão de reprodução do capital consubstancia-se em torno, ao menos, de três atributos relacionados ao movimento do capital. Para que o capital registre um padrão, seu movimento deve: (1) apresentar certa regularidade no tempo; (2) assumir determinada configuração espacial; e – um elemento fundamental para nossa discussão – (3) estabelecer uma mediação importante com a tendência de o capitalismo produzir crises periódicas, sendo a origem e o esgotamento de um padrão de reprodução o que divide temporalmente períodos expansivos de outros de contração da acumulação.

A característica da regularidade encontra-se expressa na ideia segundo a qual “para que a reprodução do capital gere um padrão é necessário que reproduza certas pautas por algum tempo, isto é, que sua passagem pelas esferas da produção e da circulação deixe marcas à base de repetições” (id ibid, p. 56). Já a dimensão geoespacial é salientada na afirmação de que “cada padrão de reprodução do capital apresenta especificidades quanto ao uso que realiza do espaço geográfico. O capital intervém no território de maneiras diversas, segundo as necessidades particulares que sua metamorfose exige”.(id., ibid, p. 60). Quanto ao vínculo entre o padrão de reprodução do capital e a teoria das crises, Osorio sustenta que

As crises [...] podem propiciar o esgotamento de um padrão de reprodução, com o qual se criam condições para o surgimento de um novo [padrão] - período que pode ser precedido por uma etapa de transição, onde o antigo não termina de morrer ou de subordinar-se e o novo não termina de se impor e prevalecer. Quando um novo padrão prevalece, o que temos é que o capital encontrou novas condições para se reproduzir, provocando mudanças nos setores ou ramos que desempenharão a função (*fungirán*) de eixos da

¹³ As formulações aportadas no artigo dão continuidade às ideias exploradas em *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital*.

acumulação, na organização do trabalho, nas condições técnicas, nas mercadorias produzidas, nos mercados aos quais dirigirá sua produção, nos agentes que investirão, no tipo de associação com o capital estrangeiro, enfim, no conjunto ou em alguns dos principais estágios que marcam o rumo do ciclo do capital (OSÓRIO, 2005).

Pretendemos colocar em discussão o argumento de nossa hipótese de que o subimperialismo, ao reativar a dinâmica do capital na conjunção de suas variáveis, articula-se como uma forma do padrão de reprodução do capital. Em outras palavras, as contratendências postas em marcha para restaurar a unidade entre produção e realização são a síntese da lógica subimperialista, cujos traços característicos cumprem uma função no sentido de assegurar a reprodução do capital em escala ampliada.

Isto posto, chegamos à definição do subimperialismo como uma realidade que confere *forma* particular ao padrão de reprodução do capital. Baseado em uma relação específica, sistemática, histórica e geograficamente definida, entre as categorias da *superexploração do trabalho, transferência de valor, composição orgânica média do capital/etapa dos monopólios e do capital financeiro, cooperação antagônica e hegemonia regional* – vemos constituir-se uma forma do padrão de reprodução do capital, especificamente subimperialista.

Assim, o fenômeno subimperialista ocorre quando, na conjunção de suas variáveis, é reativada a dinâmica da valorização, contornando as contradições do capitalismo dependente. Em outras palavras, no contexto das contradições de uma economia medianamente industrializada do capitalismo dependente, as contratendências postas em marcha para restaurar a unidade entre produção e realização dão forma subimperialista ao padrão de reprodução do capital.

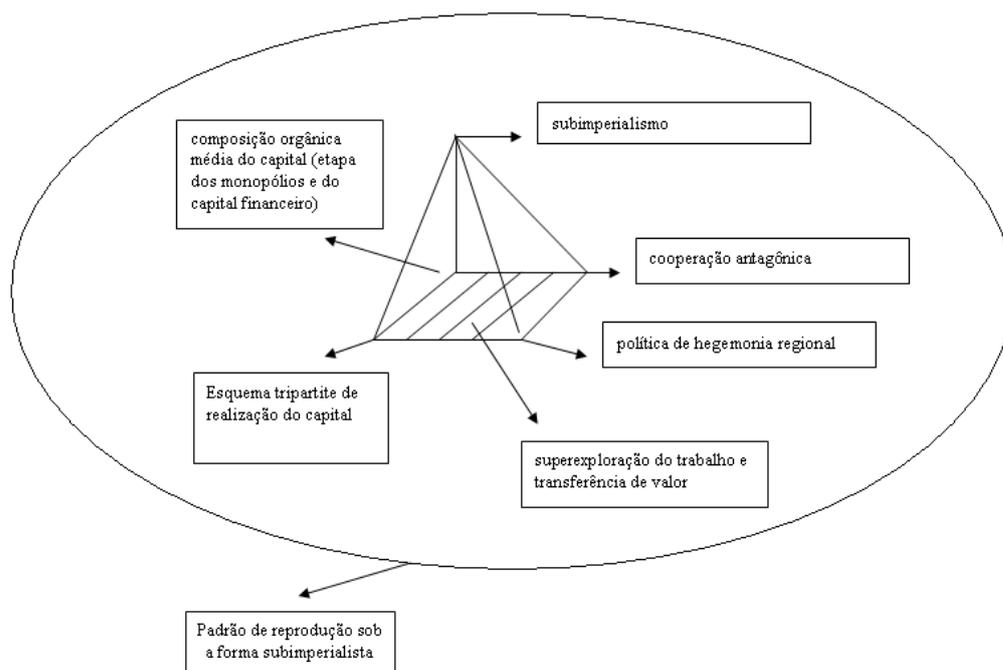
Isto pode ser verificado analisando a conjunção das quatro variáveis que definem o subimperialismo em articulação com os atributos do padrão. Assim, pensando na experiência analisada por Marini, essa forma do padrão se expressaria da seguinte forma, como um mecanismo particular subimperialista de contrarrestar as contradições tendentes à crise:

- 1) definindo os ramos da produção que compõe o eixo dinâmico do capital (indústria suntuária que expressa uma composição orgânica média);
- 2) produzindo uma configuração espacial com uma órbita própria para a reprodução desse capital (hegemonia no subsistema regional de poder e cooperação antagônica) e;

3) assegurando a unidade entre a produção e a circulação do valor (esquema tripartite de reprodução do capital).

Esta forma do padrão de reprodução do capital, especificamente subimperialista, pode ser representada através da figura de um pentaedro, cujo vértice simboliza o subimperialismo, para onde convergem as extremidades que compõem suas quatro variáveis constituintes: (I) composição orgânica média do capital (etapa dos monopólios e do capital financeiro), (II) esquema tripartite de realização do capital (Estado, mercado externo e consumo suntuário), (III) hegemonia no sistema regional de poder e (IV) cooperação antagônica com o imperialismo. Importante ressaltar, ainda, nesta figura, que o fenômeno do subimperialismo não poderia ser compreendido sem as duas categorias básicas da Teoria Marxista da Dependência: (a) a superexploração do trabalho e (b) a transferência de valor, as quais compõem e estão representadas na base de todo o edifício na teorização sobre o subimperialismo. A conjunção dessas variáveis de uma determinada forma configura, por sua vez, um determinado padrão de reprodução do capital, conforme mostramos na Figura 1. O exposto neste artigo constitui, desta forma, resumidamente, um passo adiante em direção à identificação de uma teoria do subimperialismo na obra de Ruy Mauro Marini.

Figura 1. Nexos categorias do subimperialismo



Bibliografia

BAUMANN, Renato. Exportações e crescimento industrial no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. América Latina: dependência e integração. São Paulo: Marco Zero, 1992.

_____. Dialéctica de la dependencia. México: Era, 1974.

_____. Subdesarrollo y revolución. México: Siglo XXI, 1974. 5ª ed.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo, 1977a. <http://www.marini-escritos.unam.mx>

_____. El Estado y crisis en Brasil, 1977b. <http://www.marini-escritos.unam.mx>

_____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital, 1979a. <http://www.marini-escritos.unam.mx>

_____. El ciclo del capital en la economía dependiente, 1979b. <http://www.marini-escritos.unam.mx>

_____. Militarismo y desnuclearización. Foro Internacional. México, 1967.

_____. Crisis del pacto andino: El fracaso del desarrollismo. El Sol de México, 14 de octubre 1976. Hemeroteca Nacional de México – UNAM.

OSORIO, Jaime. Crítica de la economía vulgar. México: UAZ, 2004.

_____. Patrón de reproducción del capital, crisis y mundialización. Seminario REGGEN 2005, disponible en www.clacso.org. Consultado em julho de 2010.

OURIQUES, Nildo. Teoría marxista de la dependencia. México. UNAM, 1995. Tese de doutorado.

SILVA, Heloísa Conceição. Da substituição de importações à substituição de exportações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.